



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 8 de setembro de 2024

Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira		Ibovespa nos últimos dias		Na sexta-feira		Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,41%	1,01%	134.353	134.572	R\$ 5,590	Últimos	R\$ 1.412	R\$ 6,198	10,40%	10,55%	Março/2024 0,16
São Paulo	Nova York	03/9	4/9	(+ 0,34%)	2/setembro 5,614					Abril/2024 0,38
					3/setembro 5,640					Mai/2024 0,46
					4/setembro 5,639					Junho/2024 0,21
					5/setembro 5,571					Julho/2024 0,38

COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Jabutí em PL pode encarecer conta de luz

Projeto de Lei aprovado pelo Senado, na semana passada, prevê aumento de prazo de benefício para setor de energia solar

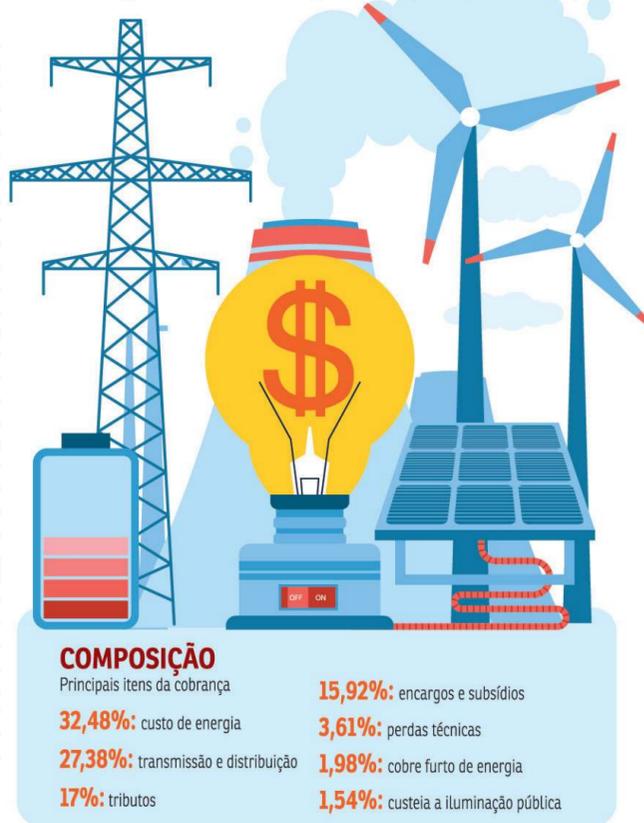
» RAFAELA GONÇALVES

Brasil lidera ranking internacional

País tem o maior custo de energia residencial em relação à renda per capita entre 34 países da OCDE

1º	Brasil
2º	Rep. Tcheca
3º	Grécia
4º	Espanha
5º	Costa Rica
6º	Itália
7º	Chile
8º	Letônia
9º	Eslováquia
10º	Portugal
11º	Polónia
12º	Holanda
13º	Turquia
14º	Lituânia
15º	Bélgica
16º	Grã-Bretanha
17º	Estônia
18º	Dinamarca
19º	Alemanha
20º	Hungria
21º	Eslovênia
22º	França
23º	Áustria
24º	Finlândia
25º	Nova Zelândia
26º	Suécia
27º	Coreia do Sul
28º	Irlanda
29º	Noruega
30º	Suíça
31º	Canadá
32º	EUA
33º	Islândia
34º	Luxemburgo

Fonte: Abrace Energia.



O QUE MAIS PESA NA FATURA

Subsídios e as taxas mapeados e seus custos para 2023

- **Impostos:** R\$ 58,44 bilhões;
- **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):** R\$ 29,57 bilhões — Banca subsídios para desenvolvimento regional, saneamento, da agricultura e até para fontes caras e poluentes, como o carvão e o diesel;
- **Reserva:** R\$ 12,16 bilhões — Conta que o consumidor paga para garantir a segurança do sistema;
- **Perdas não-técnicas:** R\$ 6,779 bilhões — Recursos pagos pelo consumidor para compensar a energia furtada do sistema;
- **Proinfra:** R\$ 5,45 bilhões — Programa de compra de energia renovável;
- **Iluminação pública:** R\$ 5,34 bilhões — Valor pago aos prefeitos para garantir a iluminação das cidades;
- **Eficiência energética:** R\$ 939 milhões — Fundo com o objetivo de promover a eficiência do setor elétrico;
- **Pesquisa e desenvolvimento:** R\$ 939 milhões — Fundo para desenvolver a pesquisa do setor;
- **Encargos do Serviço do Sistema (ESS) Elétrico:** R\$ 244 milhões — Abriga o custo das termelétricas.

*Dados de 2023

economias com renda mais alta, como Estados Unidos e Espanha, e até mesmo entre aqueles que moram em países emergentes, como Chile e Turquia.

O indicador foi construído considerando dados de tarifa residencial para o Brasil, tarifas residenciais de países da OCDE e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, conforme informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Internacional de Energia (IEA) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com os dados, cerca de 60% do valor da conta de luz está ligada à geração, transmissão e distribuição da energia elétrica. O restante é composto por taxas que bancam políticas públicas, subsídios e impostos. “O que faz a energia no Brasil ser tão cara, infelizmente, é o peso que foi embutido na tarifa final por meio das políticas públicas e subsídios”, avaliou o diretor de energia elétrica da Abrace, Victor Hugo Locca.

Hoje, o principal encargo setorial que arrecada o recurso financeiro para pagar essas políticas públicas é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). “A CDE hoje está estimada em torno de R\$ 30 bilhões que serão cobrados dos brasileiros agora em 2024”, projetou Locca.

Na conta de luz, o dinheiro do consumidor garante recursos para diversos setores e fundos, que muitas vezes não têm relação com a área de energia elétrica. Há verbas destinadas, por exemplo, para os segmentos rural e de irrigação, água, esgoto e saneamento. A maior despesa é com a CDE.

Segundo Locca, os encargos não são só direcionados a fontes renováveis, mas também para fontes fósseis. “Todos os brasileiros pagam a quase 50 anos um subsídio para geração de energia que utiliza carvão no Sul do país, que somam pouco mais de R\$ 1 bilhão por ano, suportado por todos os consumidores”, afirmou.

“Então, por mais que a geração de energia no Brasil seja altamente renovável e barata, a conta final de luz dos consumidores é muito cara”, destacou o diretor da Abrace, que enfatiza que “o principal desafio para conseguir abaixar as tarifas para o consumidor é fazer com que o Legislativo mude a forma de pensar a tarifa de energia elétrica do Brasil”.

Inflação

Senado. “Sem debate, sem maiores explicações e com incrível celeridade, os senadores votaram a favor de ajustes nas regras para beneficiar a minigeração distribuída solar e ampliar o volume de recursos que os consumidores de todo o país terão de pagar na conta de luz”, destacou a entidade em nota oficial.

De acordo com a entidade, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — da qual fazem parte os subsídios aos projetos de geração distribuída — chegou a R\$ 40,3 bilhões em 2023, o equivalente a 13,5% da tarifa dos consumidores residenciais. “Esses subsídios em benefícios de poucos vêm sacrificando milhões de consumidores de energia elétrica no país. Graças a iniciativas como essa e tantas outras que são propostas no Poder Legislativo a todo momento, o Brasil dá ao mundo mais um atestado de incoerência e ineficiência”, criticou.

Inflação

A indústria também precifica os impactos da emenda no setor. O movimento União pela Energia, que reúne 70 associações, afirmou que essa é “uma iniciativa súbita e sem qualquer debate ou avaliação transparente, paga a indústria brasileira de surpresa” e que tem o potencial de contribuir para a inflação, visto que os custos da energia elétrica são repassados a todos os segmentos.

A energia elétrica é o segundo mais importante componente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, com peso de mais de 4%. O maior impacto é da gasolina. “Mais uma atitude contra a competitividade da indústria, contra a geração de empregos e com potencial para contribuir com a alta da inflação. O setor produtivo perde e os produtos e serviços ficam mais

caros a cada vez aumenta o custo da energia no país”, disse a União em nota.

A entidade defendeu que o Congresso não avance com a medida. “Em vez disso, os deputados e senadores se conscientizem de que o custo da energia no Brasil precisa diminuir e não aumentar, que nossas políticas públicas precisam ser praticadas em benefício da coletividade e não de poucos, e que não há mais espaço para a condução de mudanças tão relevantes sem transparência e debate”, ponderou o documento.

O PL do Combustível do Futuro, de autoria do governo, tem como objetivo a descarbonização da matriz energética e prevê o aumento da mistura de etanol à gasolina e de biodiesel ao diesel. Apesar de comemorar a aprovação, o Planalto já sinalizou que vai trabalhar para derrubar a

emenda na Câmara dos Deputados na próxima etapa de tramitação. Procurada pelo **Correio**, a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) não se manifestou sobre a emenda até o fechamento desta edição.

Peso dos encargos

Mesmo com uma abundância de fontes de energia renováveis, provenientes da água, dos ventos e do sol, o Brasil apresenta o maior custo de energia elétrica residencial em relação à renda per capita entre 34 países da OCDE.

Um ranking elaborado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace Energia), mostra que, dentro do orçamento das famílias, o impacto do gasto com energia pesa mais para brasileiros do que para consumidores que vivem em

Volta da bandeira vermelha

A partir deste mês, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) comunicou um aumento da conta de luz devido ao acionamento da bandeira vermelha, que sinaliza que o custo de geração de energia está elevado, geralmente causado pela maior dependência de usinas térmicas, devido à escassez de chuvas e altas temperaturas no país.

Inicialmente, a nova bandeira tarifária era vermelha patamar 2, que implica em um acréscimo de R\$ 7,877 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. No entanto, na quarta-feira (4), a Aneel anunciou que o patamar

da bandeira vermelha era o 1, devido uma correção de informações do Programa Mensal de Operação (PMO) de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema (ONS).

A nova classificação representa um adicional de R\$ 4,46 a cada 100 kW/h. As bandeiras tarifárias têm como objetivo sinalizar ao consumidor os custos variáveis da geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). “As cores verde, amarela e vermelha, esta última dividida em dois patamares, indicam se a energia custará mais ou menos de acordo

com as condições de geração. A bandeira vermelha representa o custo mais elevado, enquanto a verde não adiciona custos extras à conta de energia”, ressaltou Felipe Uchida, head do departamento de análises quantitativas e sócio da Equus Capital.

Com o retorno da bandeira vermelha, o especialista reforça a importância do consumo consciente de energia. “O uso responsável da energia elétrica é fundamental para evitar desperdícios, preservar os recursos naturais e garantir a sustentabilidade do setor elétrico”, enfatizou. (RG)

Divulgação: Neoenergia



Conta de energia ficou mais cara desde o início do mês devido à volta da bandeira vermelha